

## **O PLANO DE CARGOS E CARREIRA NO ÂMBITO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): O MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS**

**Maria Verônica de Souza<sup>24</sup>**

(UEMS); SEMED/Dourados-MS

veronica@uems.br

O texto<sup>25</sup> discute a relação entre o do Plano de Ações Articuladas (PAR) 2011-2014 e o Plano de Carreira para o Magistério, examinando se as ações definidas pelo município de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, foram implementadas.

A metodologia compreendeu pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevista semiestruturada com o gestor responsável pelo PAR; um representante do Sindicato dos Professores da Educação Básica e um membro integrante do Comitê local do Compromisso do município pesquisado.

Parte-se do entendimento de valorização docente, com base na definição de Oliveira (2012, p. 304), que “designa um conjunto de condições que envolvem a formação inicial e continuada; as condições de trabalho e carreira e a remuneração dos profissionais da educação”.

A valorização do magistério público brasileiro foi definida na Constituição Federal de 1988 como um dos princípios em que o ensino deverá ser ministrado, garantindo, na forma de lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos para os profissionais da educação escolar pública (BRASIL, 1988). Posteriormente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996 definiu que os sistemas de ensino deverão aprovar planos de carreira para o magistério público (BRASIL, 1996), considerando que os municípios e estados são detentores de autonomia administrativa e financeira, conforme a Constituição Federal de 1988.

---

<sup>24</sup> Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

<sup>25</sup> Este texto é um recorte da tese de doutorado intitulada “Valorização Docente no Plano de Ações Articuladas (PAR): análise do processo de implementação das ações em dois municípios sul-mato-grossenses (2011-2014)”, defendida em 2018, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

O lócus desta pesquisa é o município de Dourados escolhido com base nos critérios: estar entre os cinco municípios mais populosos do interior do Estado de Mato Grosso do Sul, e entre esses, ser o que possui o maior número de habitantes, conforme dados do IBGE (2010).

### **O PLANO DE CARREIRA PARA O MAGISTÉRIO NO PAR 2011-2014 NO MUNICÍPIO DE DOURADOS-MS**

O tema valorização docente ganhou maior destaque no segundo mandato do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), quando o Ministério da Educação (MEC) lançou em abril de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de fortalecer o regime de colaboração entre os entes federados, com vistas à melhoria da qualidade de ensino e traz como uma das demandas mais urgentes a valorização dos profissionais da educação (BRASIL, 2007b).

Para isso, o governo federal instituiu por meio do decreto nº 6.094/2007 o Plano de Metas Compromisso todos pela Educação, e entre as 28 diretrizes desse plano, encontra-se a diretriz XIII: “implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação, privilegiando o mérito, a formação e a avaliação do desempenho” (BRASIL, 2007a). Os entes federados (estados, municípios e Distrito Federal) que aderiram ao Plano, passaram a elaborar seus respectivos Planos de Ação Articuladas (PAR).

O município de Dourados ao elaborar o PAR, no ciclo 2011-2014 acatou na Dimensão 1, na área 2 Gestão de Pessoas, o Indicador 6 - Plano de carreira para o magistério, assinalou que possui um plano de carreira, no entanto, pontuou que precisa fazer reformulação de acordo com o Parecer 09/2009 e a Resolução 03/97 CEB/CNE.

Desse modo, foi perguntado aos entrevistados se o município reformulou o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Profissional da Educação de Dourados (PCCR-Dourados), ao que responderam,

O nosso PCCR é um plano bem amplo, bem abrangente, foi muito bem elaborado, então assim nós temos hoje boas condições no município. Foi feita toda essa discussão do Piso Nacional, que são questões que envolvem muita política e tudo mais, mas nesse sentido, acho que nós temos uma rede bastante organizada, já temos estrutura e uma caminhada boa nos últimos anos, então acho que, nesse sentido, a gente avançou bastante (ENTREVISTA, GESTOR DO PAR, DOURADOS, 01/11/2016).

O Plano de Cargos e Carreira dos trabalhadores da educação de Dourados foi reformulado, em sua maior precisão em 2007, quando foi formada uma

comissão, discutido, debatido e aprovado na Câmara (ENTREVISTA, REPRESENTANTE DO SIMTED, DOURADOS, 03/11/2016).

O último plano aprovado é de 2007. [...] ele atende bem aos professores. Tinha a previsão para se alcançar um terço da hora atividade, garantindo formação continuada, estudos e planejamentos no interior da escola (ENTREVISTA, REPRESENTANTE DO COMITÊ, DOURADOS, 01/12/2016).

Como se vê, os entrevistados se referem ao PCCR aprovado em 2007, considerado um Plano abrangente, bem organizado e que resultou de debates. Porém, o Gestor do PAR acrescenta que, a partir desse plano “[...] não foi feita nenhuma reformulação sistemática”, no entanto, acentua que “algumas questões pontuais foram sendo acrescentadas a partir de negociações com o Sindicato e outras coisas que foram surgindo (ENTREVISTA, GESTOR DO PAR, DOURADOS, 01/11/2016).

De acordo com o representante do SIMTED, no ano de 2010/2011 havia uma previsão de fazer uma reformulação no PCCR, inclusive foram desenvolvidos estudos e encaminhada uma proposta para a Secretaria Municipal de Educação. No entanto, em 2012 o Sindicato teve que recuar pois “o governo vinha numa linha de retirada de direitos, o que nos preocupou, aí acabamos retirando o projeto” [...] então achamos um pouco preocupante mexer no plano de uma forma tão geral” (ENTREVISTA, REPRESENTANTE DO SIMTED, DOURADOS, 03/11/2016).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar da Constituição Federal de 1988 ter estabelecido que a valorização docente é um dos princípios do ensino e a LDBEN, Lei nº 9.394/1996 ter definido que os sistemas de ensino devem aprovar planos de carreira para o magistério público (BRASIL, 1996), poucos municípios e estados o implantaram. A partir do planejamento do 2º Ciclo do PAR (2011-2014), por meio de um Indicativo próprio para o Plano de Carreira para o Magistério, os municípios puderam definir a implementação dessa política em suas redes de ensino.

Constatou-se que foram aprovadas alterações parciais no Plano de Cargos Carreira e Remuneração (PCCR) de Dourados, realização de concurso público para o magistério e instituição de 1/3 da carga horária docente para hora-atividade, conforme a Lei nº 11.738/2008.

Conclui-se que apesar de o PAR ser importante instrumento de indução do governo federal à implementação de políticas de valorização docente, essa implementação é

determinada pela autonomia dos entes federados e pelas influências e contradições em âmbito local. Assim, as ações do PAR implementadas na Rede Municipal de Ensino de Dourados e que se traduziram em políticas de valorização docente resultaram mais dos embates, das greves e das pressões do movimento do sindicato docente, do que diretamente do PAR.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**. Brasília 5 out., Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 6.094**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados. Brasília. 2007a.

BRASIL. Ministério da Educação: **PDE**. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007b.

BRASIL. **Instrumento Diagnóstico PAR Municipal 2011-2014**. Brasília: MEC, 2011.

DOURADOS (Município). **PAR Analítico do Município de Dourados-MS**. 2011-2014. 2011. Impresso pela Secretaria de Educação do Município de Dourados em 16/09/2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico (2000-2010)**. Disponível em: <[www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br)>. Acesso em: 15 jun. 2014.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; LEÃO, Roberto Franklin; APARECIDA, Neyde. A saúde do profissional e as condições de trabalho. (Entrevista). **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 6, n. 11, p. 301-313, jul./dez. 2012.

## Entrevistas

ENTREVISTA. **Gestor do PAR**, responsável pelo acompanhamento do PAR, no período de 2011 a 2014, no município de Dourados. Entrevista concedida a Maria Verônica de Souza em 01 de novembro de 2016.

ENTREVISTA. **Representante do Comitê Local do Compromisso** do município de Dourados, no período de 2011 a 2014. Entrevista concedida a Maria Verônica de Souza em 01 de dezembro de 2016.

ENTREVISTA. **Representante do Sindicato dos professores da Educação Básica do município de Dourados** - SIMTED. Entrevista concedida a Maria Verônica de Souza em 03 de novembro de 2016.